

**OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS**  
**INFORME BRASIL Nº 33/2013**

Período: 14/09/2013 – 20/09/2013

**GEDES – Brasil**

- 1- Brasil e Argentina negociam sistema conjunto de defesa cibernética e jornal critica atuação do governo brasileiro
- 2- Ex-presidente da União Nacional dos Estudantes recebe anistia *post mortem*
- 3- Governo compartilhará o satélite do Programa Nacional de Banda Larga para proteger comunicações
- 4- Procuradoria Geral da República pretende invalidar artigo do Código Penal Militar
- 5- Militar prepara manifesto contra decisão do Supremo Tribunal Federal
- 6- Autoridades obtêm permissão para visitar o antigo prédio do DOI-Codi no Rio de Janeiro
- 7- Forças Armadas realizam a Operação Laçador na região sul
- 8- Brasil não comprará aviões estadunidenses
- 9- Debate da CNV sobre a atuação das igrejas no período do regime militar contou com depoimentos de ex-presos políticos
- 10- Acontece primeiro encontro de peritos responsáveis pela exumação dos restos mortais do ex-presidente da República João Goulart
- 11- Presidente da Petrobras declara que segredos da empresa não foram ameaçados por espionagem
- 12- Brasil almeja uma ação internacional antiespionagem entre Estados

1- Brasil e Argentina negociam sistema conjunto de defesa cibernética e jornal critica atuação do governo brasileiro

De acordo com o jornal *Correio Braziliense*, a criação de um sistema conjunto de defesa cibernética está sendo negociada entre Brasil e Argentina. No dia 13/09/13, o ministro da Defesa, Celso Amorim, debateu o assunto com a presidente da Argentina, Cristina Kirchner, e os ministros argentinos da Defesa, Agustín Rossi, e das Relações Exteriores, Hector Timerman. O jornal, porém, classificou como “ridículo” o orçamento de R\$ 90 milhões para o Centro de Defesa da Cibernética. Segundo o periódico *O Estado de S. Paulo*, Amorim teria almejado nas negociações com a Argentina “estabelecer alguma forma de ‘cooperação’”, que foi classificada como um termo vago que acabaria por abranger significados que não deveriam corresponder aos interesses do Brasil. De acordo com *O Estado*, Amorim considerou “ser necessário sujeitar as diretrizes brasileiras na guerra cibernética aos objetivos dos parceiros na América do Sul” e mencionou uma “doutrina” sul-americana de defesa cibernética por meio da criação de uma instância supranacional, o que, segundo o jornal, feriria a soberania nacional no que se refere à “determinação de suas políticas de segurança”. *O Estado* destacou também que a presidenta da República, Dilma Rousseff, pediu a aprovação do chamado Marco Civil da Internet em caráter de urgência com o intuito de combater as supostas ameaças apresentadas pelos serviços de espionagem estadunidenses, apesar do projeto ter como objetivo apenas a garantia do “livre trânsito de informação

e a neutralidade da rede”. Amorim, por sua vez, expôs a preocupação de Rousseff com a proteção da reserva do pré-sal, devido a suspeita de que o governo estadunidense estaria espionando a empresa Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras), recomendando que questões de defesa e projetos estratégicos tivessem “interesse redobrado”. Segundo Amorim, a solução eficaz seria o desenvolvimento de um software nacional de defesa cibernética. Mesmo assim, um estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), publicado em junho de 2013, apontou que a capacidade das empresas brasileiras para desenvolver esse tipo de software ainda é limitada, sendo, por isso, necessário intenso investimento na área. Ainda de acordo com o estudo do Ipea, o Brasil possui atualmente uma das infraestruturas de rede “mais vulneráveis e desprotegidas do mundo”, além do país não possuir um documento que “estabeleça as diretrizes próprias de uma estratégia nacional para a defesa cibernética”. (Correio Braziliense – 14/09/13; O Estado de S. Paulo – Notas & Informações – 17/09/13)

2- Ex-presidente da União Nacional dos Estudantes recebe anistia *post mortem*  
De acordo com o jornal *Correio Braziliense*, o ex-presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE), Honestino Guimarães foi anistiado *post mortem* pela Comissão de Anistia do Ministério da Justiça. O presidente da Comissão e secretário nacional de Justiça, Paulo Abrão, avaliou que o gesto foi um dos mais importantes da história da Comissão, pois trata-se de um pedido de desculpas públicas à família de Guimarães “pela perseguição que ele sofreu em vida e posteriormente pela responsabilidade do Estado no seu desaparecimento” e a todos os estudantes perseguidos pelo regime militar (1964-1985). Cristiano Paixão, um dos coordenadores da Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade da Universidade de Brasília (UnB), esclareceu que o ato manifesta uma mudança na interpretação do conceito de perdão político por não se tratar de reparação econômica. O sobrinho de Guimarães, Mateus Guimarães, ressaltou que a questão não tem apenas importância histórica, mas mantém um caráter atual tendo em vista a “lógica da opressão e repressão” mantida pela polícia nas recentes manifestações. Segundo o jornal, o reconhecimento público da responsabilidade do Estado na perseguição de Guimarães, além de não ter tido efeito indenizatório, não esclareceu as circunstâncias de seu desaparecimento. O estudante, que viveu cinco anos na clandestinidade entre as cidades de Brasília, São Paulo e Rio de Janeiro, desapareceu no dia 10/10/73. Há apenas indícios de que ele tenha sido levado à Brasília e entregue ao Pelotão de Investigações Criminais do Exército. O ex-coordenador da Comissão Nacional da Verdade, Cláudio Fonteles, comentou que as investigações do caso são excepcionalmente difíceis, pois não foi encontrado nenhum documento relevante sobre a prisão do estudante no banco de dados do Arquivo Nacional. A cerimônia de concessão de anistia *post mortem* se realizou na UnB, no dia 20/09/13. Na ocasião, também foram homenageados professores, estudantes e funcionários da universidade perseguidos pelos militares. O *Correio* ainda esclareceu que a Lei da Anistia (1979) “permite o perdão para torturados e torturadores, ou seja, legitima a impunidade dos que agiram em nome do Estado”. Além disso, a Lei nº 9.140, de 4 de dezembro de 1995, “reconhece como mortas pessoas desaparecidas em razão de participação ou de acusação de envolvimento em atividades

políticas entre 2 de setembro de 1961 e 5 de outubro de 1988”. (Correio Braziliense – 14/09/13)

### 3- Governo e Forças compartilharão o satélite do Programa Nacional de Banda Larga para assegurar comunicações

De acordo com o periódico *Folha de S. Paulo*, o Ministério das Comunicações foi autorizado a colocar em funcionamento um satélite geoestacionário que será responsável por toda comunicação das Forças Armadas. A autorização foi concedida logo após as denúncias de espionagem à presidenta da República, Dilma Rousseff, e à empresa Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras) virem a público. A outorga, que garante o posicionamento do satélite, foi dada pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) e o equipamento possibilitará que os dados e chamadas do Exército, Marinha e Aeronáutica trafeguem por uma rede segura na tentativa de impossibilitar que os órgãos de segurança estadunidenses tenham acesso ilegal a informação estratégica. Assim, o satélite, que já estava previsto no Programa Nacional de Banda Larga, com o objetivo de levar internet de alta velocidade a regiões de difícil acesso, será compartilhado com as comunicações do governo e das Forças Armadas. Segundo o ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, uma vez que os dados da Defesa serão criptografados, não haverá troca de informações entre as áreas, que são independentes. O relator do tema na Anatel, Rodrigo Zerbone, alegou que, apesar do projeto ser anterior às denúncias de espionagem, ele demonstra a preocupação em “ter sob controle do Exército e do governo brasileiro a infraestrutura da comunicação”. Segundo a *Folha*, a outorga só se concluirá quando a Telecomunicações Brasileiras S.A. (Telebrás) -que arcará com R\$ 3 milhões no projeto- e o Ministério da Defesa -responsável por R\$ 300 mil- entregarem uma série de documentos; então sim, o satélite da marca francesa Thales Alenia será lançado pelo consórcio europeu Arianespace. Ainda, segundo a *Folha de S. Paulo*, o ministro Bernardo informou que, no momento, não haverá continuação da discussão referente à construção de uma rede que permitiria a comunicação entre as Forças Armadas na rede 4G, utilizando a faixa de 700 MHz, com a empresa estadunidense Motorola. A empresa já investiu R\$ 2 milhões para desenvolver essa rede no Brasil, a mesma a ser licitada em 2014 no país para implantação de banda larga de alta velocidade e que possibilitaria às Forças Armadas, por exemplo, transmitir fotos em tempo real das áreas em monitoramento. *Folha de S. Paulo – Mundo – 15/09/13; Folha de S. Paulo – Mercado – 19/09/13*

### 4- Procuradoria Geral da República pretende invalidar artigo do Código Penal Militar

De acordo com o periódico *Correio Braziliense*, a Procuradoria Geral da República (PGR) pediu ao Supremo Tribunal Federal (STF) que declare o artigo 235 do Código Penal Militar inconstitucional. Esse artigo define o crime de "pederastia e outro ato de libidinagem", sendo que, pela atual legislação, a prática de sexo consensual, seja homossexual ou não, em locais de administração militar pode ser punida com até um ano de detenção. Segundo a procuradora-geral da República, Helenita Caiado de Acioli, tal norma é incompatível com direitos fundamentais que constam na Constituição Federal

brasileira. Acioli é a autora da Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) enviada ao STF contra parte da lei militar em vigor. O *Correio* ressaltou ainda que Acioli afirmou em sua ação que os homossexuais são o alvo do crime previsto na lei, que foi editada em 1969, durante o regime militar (1964-1985). Segundo um levantamento do Supremo Tribunal Militar (STM), atualmente chega à primeira instância da Justiça Militar aproximadamente um caso de pederastia por mês. De acordo com o juiz federal e integrante da Clínica de Direitos Humanos do Centro Universitário Ritter dos Reis, Roger Raupp Rios, “a discriminação não se dá apenas na letra da lei, nas palavras que são usadas, mas também na aplicação dela”. De acordo com o jornal, o STM informou ser favorável às mudanças do texto do Código Penal Militar, confirmando a necessidade da retirada do termo “pederastia” e da expressão “homossexuais ou não”, mas, diferentemente da PGR, considera que a prática sexual dentro de instituições sob comando militar deve continuar sendo considerada crime. O *Correio* afirmou que as mudanças já foram solicitadas ao Congresso pelo STM, porém, a matéria, que está pronta para entrar em votação, está parada na Câmara dos Deputados desde abril de 2012. Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, Acioli declarou que “impedir o ato sexual voluntário afronta a dignidade da pessoa humana” e através dessa interferência na vida sexual se revelaria “uma política capaz de restringir o acesso às Forças Armadas”. De acordo com *O Estado*, Acioli considerou que, em todos os lugares de administração militar, existem momentos nos quais não há exercício de funções por parte dos militares e, portanto, não haveria razão para que a “expressão social da libido” fosse impedida, pois esta “constitui alocação de energia essencial à aquisição de felicidade.” Segundo a procuradora, no entanto, poderiam ser punidos casos de assédio sexual, “ato que tenta impor a sexualidade de um sobre o de outro, sem seu consentimento”. (*Correio Braziliense* – 16/09/13; *O Estado de S. Paulo* – Metrópole – 17/09/13)

##### 5- Militar prepara manifesto contra decisão do Supremo Tribunal Federal

Segundo o jornal *Folha de S. Paulo*, o sargento do Exército Aimoré Cavalheiro foi preso no dia 15/09/13 por promover ideias subversivas nos meios militares. De acordo com o jornal, Cavalheiro foi eleito deputado estadual no Rio Grande do Sul, porém, não pôde assumir, devido à decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de que cabos, sargentos e suboficiais são inelegíveis para o Poder Legislativo. O militar teria preparado um manifesto contra a decisão do STF e, segundo o Exército, viajou a São Paulo para divulgá-lo. A *Folha* afirmou que os militares estariam temendo uma revolta na capital paulista. (*Folha de S. Paulo* – Cotidiano – 16/09/13)

##### 6- Autoridades obtém permissão para visitar o antigo prédio do DOI-Codi no Rio de Janeiro

De acordo com o periódico *Correio Braziliense*, representantes da Comissão Nacional da Verdade e da Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro, acompanhados por senadores e deputados federais, tiveram acesso autorizado ao prédio onde funcionou o Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi) do 1º

Exército durante o regime militar (1964-1985), atual I Batalhão da Polícia do Exército, localizado no bairro da Tijuca, na cidade do Rio de Janeiro. Segundo o jornal, após uma reunião entre senadores, o comandante do Exército, general-de-exército Enzo Peri, e o ministro da Defesa, Celso Amorim, a visita foi viabilizada inicialmente para o dia 20/09/13. De acordo com o *Correio*, esse “foi um dos principais centros de torturas e assassinatos de presos políticos” durante o regime militar, por isso haveria uma campanha em curso para que o prédio seja tombado e transformado em um centro de memória. Entretanto, conforme os jornais *Correio Braziliense* e *O Estado de S. Paulo*, a visita acabou por ser adiada, porque o Comando do Exército vetou a presença da deputada federal e presidente da Subcomissão da Verdade, Memória e Justiça da Câmara dos Deputados, Luiza Erundina, e do deputado federal, Ivan Valente. Devido a essa atitude por parte da Força, o presidente da Comissão Nacional de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil e da Comissão da Verdade do Rio de Janeiro, Wadih Damous, afirmou que “infelizmente os ventos da democracia não sopraram no Exército brasileiro”. Ainda segundo o *Estado*, o senador federal e presidente da Subcomissão da Verdade, Memória e Justiça do Senado Federal, João Capiberibe, e o senador federal, Randolfe Rodrigues, chegaram a anunciar que recusariam o convite do Exército para a visita, em resposta ao veto da instituição à Erundina. A deputada federal é a autora de um projeto de lei que pretende revogar a Lei da Anistia, de 1979. Além disso, no mês de agosto, membros da Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro tentaram visitar o mesmo estabelecimento militar, mas foram impedidos pelo Exército, causando algumas tensões. Após esses acontecimentos, o ministro da Defesa se reuniu novamente, no dia 18/09/13, com os senadores federais, Capiberibe, Rodrigues e Ana Rita, que acertaram a visita para o dia 23/09/13, sem vetos aos nomes indicados para compor a comitiva. (*Correio Braziliense* – 17/09/13; *Correio Braziliense* – 18/09/13; *O Estado de S. Paulo* – Política – 18/09/13; *O Estado de S. Paulo* – Política – 19/09/13)

#### 7- Forças Armadas realizam a Operação Laçador na região sul

Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, iniciou-se, no dia 16/09/13, a 35ª edição da Operação Laçador, que ocorre na região Sul do Brasil e envolve cerca de 8,5 mil militares da Marinha, Exército e Aeronáutica. O exercício tem a duração de três semanas e terminará no dia 27/09/13. De acordo com *O Estado*, o objetivo central da operação é “a conservação da capacidade de defesa da região Sul do País”. Para a integração dos recursos, cerca de 100 oficiais e especialistas atuam em um Centro de Controle a partir da sede do Comando Militar do Sul, na cidade de Porto Alegre, no estado do Rio Grande do Sul. Segundo o jornal, o treinamento, que está sendo coordenado pelo Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, é abrangente e conta com a atuação de paraquedistas e mergulhadores de elite. Há também a realização de operações de Forças Antiterrorismo e bombardeios de precisão com os aviões de caça AMX, F-5M, Mirage 2000 C/B e A-29 Super Tucano. Além disso, blindados atuam junto aos lançadores de foguetes de saturação de área do sistema Astros II. *O Estado* destacou ainda que a Marinha participa do exercício com helicópteros UH-12 Esquilo, uma corveta da classe Imperial Marinheiro e os navios-patrolha Benevente e Babilonga, com o apoio do navio

rebocador de alto mar Tritão. O Exército conta com brigadas blindadas e de infantaria, helicópteros EC-725 Super Cougar, HA-1 Esquilo e HM-1 Pantera, além da Artilharia Divisionária. A Aeronáutica participa com helicópteros H-60, Black Hawk e H1-H. (O Estado de S. Paulo – Política – 17/09/13)

#### 8- Brasil não comprará aviões estadunidenses

De acordo com o jornal *Correio Braziliense*, a situação de crise entre o Brasil e os Estados Unidos da América, gerada pelas denúncias de espionagem da Agência Nacional de Segurança (NSA, sigla em inglês) estadunidense sobre o governo brasileiro, resultou na desistência de compra dos aviões de caça F-18 Super Hornet pelo Projeto FX-2 de reequipamento da Força Aérea Brasileira (FAB). Contudo, o Centro de Comunicação Social do Comando da Aeronáutica declarou que a transação de compra continua em andamento, uma vez que sua avaliação técnica não permitiu “preferências pessoais”. Afirmou ainda, que a compra das aeronaves A-29 Super Tucano, descrita como uma operação casada com a compra do F-18, não faz parte do Projeto FX-2, por se tratar de uma negociação entre uma empresa privada e um cliente internacional. (*Correio Braziliense* – 18/09/13; *Correio Braziliense* – 19/09/13; *Folha de S. Paulo* – Mercado – 19/09/13)

#### 9- Debate da CNV sobre a atuação das igrejas no período do regime militar contou com depoimentos de ex-presos políticos

Segundo o jornal *Folha de S. Paulo*, o ex-presos político e economista Marcos Arruda, que ficou detido nas dependências do Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi) do 2º Exército, na cidade de São Paulo, nos anos 1970, afirmou ter sido torturado por agentes do regime militar (1964-1985) que utilizavam músicas para abafar os seus gritos. Além disso, segundo *O Estado de S. Paulo*, Arruda contou que, ao ser preso, disse a um capelão que sua sobrevivência dependia de que sua família tivesse noção de sua situação, entretanto, o religioso se recusou a fornecer ajuda. Arruda depôs em audiência pública promovida pela Comissão Nacional da Verdade e pela Comissão da Verdade do Rio de Janeiro, cuja função era esclarecer a atuação das igrejas durante o regime militar. Outra vítima ouvida foi a historiadora Jessie Jane, a qual relatou que o falecido arcebispo do Rio de Janeiro, Dom Eugênio Sales, proibiu que os presos políticos tivessem assistência pastoral carcerária, ao contrário dos presos comuns. O evento da Comissão, que teve como tema o “Papel das igrejas durante a ditadura”, ainda chamou para depor religiosos que protegeram perseguidos políticos. Dentre estes foram ouvidos o bispo emérito da diocese de Volta Redonda, Dom Waldyr Calheiros, que auxiliou perseguidos políticos dando abrigo e facilitando sua fuga para outros países, assim como o professor e bispo emérito da Igreja Metodista do Rio de Janeiro, Paulo Ayres Mattos, que auxiliou refugiados que vieram ao Brasil a fim de fugir dos regimes autoritários do Chile, do Uruguai e da Argentina nos anos 1970. Além disso, o grupo de trabalho que analisa a participação das igrejas no regime militar não descarta chamar para depor religiosos que colaboraram com os militares, visto que, segundo ex-presos político e cientista social Anivaldo Padilha, idealizador desse grupo de trabalho, “todas as igrejas tiveram os dois lados, o lado dos que

ajudaram a criar o clima que possibilitou o golpe e depois aderiram, legitimaram e consolidaram a ditadura, e os que resistiram.” De acordo com Padilha, pouco se sabe sobre os religiosos que colaboram com o regime militar, ao contrário dos que ajudaram a resistência política. (Folha de S. Paulo – Poder – 18/09/13; O Estado de S. Paulo – Política – 19/09/13)

10- Acontece primeiro encontro de peritos responsáveis pela exumação dos restos mortais do ex-presidente da República João Goulart

Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, o primeiro encontro entre os peritos brasileiros e estrangeiros que participarão da exumação dos restos mortais do ex-presidente da República João Goulart resultou na decisão de que é preciso produzir um relatório pericial antes da realização do procedimento. No dia 17/09/13, peritos cubanos foram integrados aos especialistas responsáveis pela investigação sobre a causa da morte de Goulart. No atestado de óbito, produzido na Argentina, consta apenas “*morto por enfermidade*”. A intenção da exumação é descobrir se Goulart foi envenenado por agentes da Operação Condor, durante o regime militar (1964-1985). (O Estado de S. Paulo – Política – 18/09/13)

11- Presidente da Petrobras declara que segredos da empresa não foram ameaçados por espionagem

De acordo com o periódico *Correio Braziliense*, a presidente da empresa Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras), Graça Foster, afirmou, durante audiência pública no Senado Federal, que é pequena a possibilidade de “invasões e capturas de dados” da empresa através de ataques cibernéticos e que, mesmo no caso da ocorrência de tais crimes, as informações isoladamente não teriam valor comercial ou estratégico. Assegurou ainda que a ocorrência de “ataques anormais” ao sistema da empresa não foi recorrente nos últimos meses. Informou também, que a companhia investirá R\$ 3,9 bilhões na área de segurança cibernética em 2013. Até o ano de 2016 serão R\$ 21,2 bilhões em investimentos. Foster disse ainda que a estatal atua de maneira preventiva e que todos os funcionários são treinados para serem “agentes da segurança empresarial”. Ademais, segundo Foster, 36 empresas de origem estrangeira trabalham no processo de segurança cibernética da Petrobras, sendo 14 delas estadunidenses, assim como as três que atuam na área de criptografia. (Correio Braziliense – 19/09/13)

12- Brasil almeja uma ação internacional antiespionagem entre Estados

Segundo o periódico *O Estado de S. Paulo*, o governo brasileiro caminha no sentido de fazer do combate a espionagem sua bandeira diplomática nos meses seguintes. Após a crise gerada pela revelação da amplitude da espionagem praticada pelos Estados Unidos da América (EUA), a presidenta da República, Dilma Rousseff, afirmou que levará a fóruns internacionais a ideia de uma forma de controle sobre a espionagem entre Estados. Em julho de 2013, na reunião do Mercado Comum do Sul (Mercosul), Rousseff manifestou tal intenção, recebendo apoio dos países membros. Outra tentativa do país foi uma moção contra a espionagem, apresentada no Conselho de Direitos

Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU) e pretendia realizar uma condenação se utilizando da ideia do direito a privacidade como um direito humano. O governo brasileiro enxerga possibilidades maiores para a regulamentação da espionagem após o caso dos EUA. Sendo que esse será o tema central do discurso de Rousseff na Assembleia Geral da ONU no dia 24/09/13. (O Estado de S. Paulo – Política – 19/09/13)

## **SITES DE REFERÊNCIA**

Correio Braziliense – [www.correioweb.com.br](http://www.correioweb.com.br)

Folha de S. Paulo – [www.folhaonline.com.br](http://www.folhaonline.com.br)

O Estado de S. Paulo – [www.estadao.com.br](http://www.estadao.com.br)

\* Informamos que as colunas opinativas da Folha de S. Paulo e o conteúdo na íntegra do Correio Brasiliense e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a [gedes@franca.unesp.br](mailto:gedes@franca.unesp.br)

### **Equipe:**

Ana Paula Lage de Oliveira (Supervisora, doutoranda em Relações Internacionais); Bruce Scheidl Campos (Redator, graduando em Relações Internacionais); Cristal de Moraes Siqueira (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); David Succi Júnior (Redator, graduando em Relações Internacionais, bolsista Proex); Giulia Botossi Gomes (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Heed Mariano Silva Pereira (Supervisora, Redatora, graduada em Relações Internacionais); João Guilherme Benetti Ramos (Redator, graduando em Relações Internacionais); Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, doutoranda em Relações Internacionais); Laura Meneghim Donadelli (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Mariana Salvadori (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Marina Moreno Gomes (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Ricardo P. M. Cavalheiro (Redator, graduando em Relações Internacionais; bolsista Proex).